

CLIPPING IMPRESSO

12/04/2022



INDICE

1. DESEMBARGADOR	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1 - 2
1.2. JORNAL O PROGRESSO.....	3

Cartórios promovem oficialização de união homoafetiva

PÁGINA 5

CASAMENTO

Cartórios promovem oficialização de união homoafetiva

Tudo começou no olhar, depois se conheceram, trocaram ideias e viram que tinham muitas coisas em comum. O primeiro contato, a troca de carinhos, o pedido de namoro, angústias, aflições, dificuldades, superações. Foram 10 anos de convivência, uma história de vida como a de qualquer outro casal, até que Felipe e Jonas disseram o “sim”, na última quinta-feira (7), durante a oficialização da união, diante de uma juíza de paz, no Cartório do 5º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais. O enfermeiro Luís Felipe Chaves de Paula Alves, de 28 anos, e o psicólogo Jonas Alves Chaves de Paula, de 29 anos, se conheceram ainda na época da faculdade, por intermédio de amigos e também das redes sociais. “Passamos por todas as etapas, sem pular nada, o que aprofundou e consolidou a relação. Morávamos com os pais e enfrentamos toda questão que envolve a preocupação e o convencimento familiar”, explicou Jonas.

Hoje, ambos afirmam que a aceitação das famílias ocorreu naturalmente e classificam a como “maravilhosa” a relação com todos. “A preocupação era mais quanto à seriedade da relação e à cautela em conhecer quem era o namorado do filho, como acontece em toda relação”, completou Jonas.

O casamento foi acompanhado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, que realizava uma visita técnica na serventia. O corregedor-geral parabenizou os noivos, desejando felicidades ao casal e ressaltou a importância do reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo pelo Poder Judiciário. “Esse reconhecimento pelo Poder Judiciário é um avanço humanitário. Não se trata apenas de dar estabilidade a uma relação, mas de assegurar uma série de direitos, a exemplo da adoção, da partilha de bens, da herança, da

pensão alimentícia, da participação em plano de saúde e outros programas de benefícios. Trata-se, sobretudo, do respeito ao ser humano, indistintamente, e da promoção de políticas garantidoras de direitos e promotoras de paz social”, afirmou.

É o que esperam Felipe e Jonas com a oficialização da união. No rol de direitos adquiridos, o casal disse que já pretende iniciar o processo de adoção e que, em breve, esperam ser pais de um casal. “Queremos adotar um menino e uma menina, construir uma família com todo amor, dignidade e educação, para que sejam bons cidadãos”, finalizou Jonas.

O casamento homoafetivo não foi incluído no Código Civil de 2002, que continua reconhecendo como unidade familiar a união entre homem e mulher. No entanto, decisão unânime, de 2011, do Supremo Tribunal Federal, reconheceu a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução 175, que torna obrigatório o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo nos cartórios, constituindo, por força judicial, uma entidade familiar.

No Maranhão, segundo dados do Portal da Transparência do Registro Civil, o número de união homoafetiva oficializada vem crescendo a cada ano. Em 2018, foram 111 celebrações; enquanto o ano de 2021 foi encerrado com 287 casamentos oficializados.

Sobre os trâmites para oficialização, Jonas e Felipe afirmaram que não tiveram dificuldade para concluir o processo do casamento. “Fomos muito bem tratados, sem qualquer estranhamento ou indiferença. Toda equipe foi muito acolhedora, o que mostra um profissionalismo e mudança de paradigma na prestação desse tipo de serviço”, esclareceu Felipe.

Conforme explicou a delegatária do 5º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, Serlene Chaves, o procedimento é o mesmo adotado em um casamento de casal hétero. Segundo ela, não há rito ou tratamento diferenciado, segue-se a rotina de casamento já consolidada nos cartórios de registro civil.

Além da necessidade das duas testemunhas com plena capacidade civil, o casal precisa apresentar os documentos exigidos, que são: Certidão de Nascimento, RG, CPF e comprovante de residência. O prazo para conclusão dos trâmites pode variar.

VISITAS TÉCNICAS/TJ

Corregedoria percorre municípios da Região Tocantina

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) finalizou, nesta sexta-feira (8), mais uma série de visitas técnicas a unidades judiciais e serventias extrajudiciais de cinco municípios da Região Tocantina. Esta é a última etapa de visitas técnicas da gestão do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, às comarcas e cartórios do interior do estado.

A programação que iniciou na última segunda-feira (4) incluiu visitas aos fóruns e cartórios de Porto Franco, Estreito, Carolina, Riachão e Amarante do Maranhão. Com o fim desta etapa, terão sido percorridos 35 municípios desde o início do projeto Visitas Técnicas.

Em função de agenda institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na capital, o corregedor-geral pôde estar presente nos três primeiros municípios citados, e a continuidade das visitas ficou a cargo dos juízes auxiliares da CGJ-MA Márcio Brandão e Nilo Ribeiro; da secretária da Coordenadoria das Serventias, Eliana Monteiro; e do diretor da Secretaria da Corregedoria, Carlos Anderson, presentes desde o início da itinerância.

Com um panorama prévio e dados extraídos por meio do sistema de acompanhamento da produtividade de magistrados e magistradas e unidades judiciais, o Termojúris, a equipe da Corregedoria realiza a visita técnica dispondo de elementos que contribuem de forma mais assertiva à proposta de melhorias nas unidades judiciais.

O sistema, portanto, se mostra eficaz tanto para a CGJ-MA, responsável pelo acompanhamento, orientação e fiscalização da Justiça de 1º grau, quanto para os magistrados e servidores presentes nas comarcas que devem utilizar a ferramenta para a gestão judicial. Explicado pelo corregedor durante as visitas, os dados apresentados no sistema devem ser alimentados corretamente e corresponder ao que de fato é realizado nas comarcas, pois é “por meio do Termojúris que a CGJ-MA e o Conselho Nacional de Justiça enxergam a unidade judicial”.

Além de assuntos relacionados à demanda processual, durante as visitas, aspectos como condições da estrutura física dos fóruns, quadro de servidores e equipamentos também são averiguados.

UNIDADES JUDICIAIS

Na Comarca de Porto Franco (695 km da capital), primeira parada da equipe, a comitiva pôde conhecer as instalações do Fórum Armindo Nascimento Reis Neto, conversar com servidores e dialogar com os juízes da comarca a respeito da qualidade dos serviços prestados.

O Fórum de Porto Franco abriga duas varas, tendo o juiz José Francisco de Souza Fernandes (1ª Vara) e Alessandra Lima Silva (2ª Vara) como titulares. Na oportunidade, o corregedor-geral demonstrou preocupação com o acervo de processos da 1ª Vara que aguarda julgamento, ocasião em que foi pleiteado pelo magistrado incremento do quadro de servidores. Atualmente, a unidade possui um acervo de 8.173 processos.

O magistrado também informou que, em parceria com a OAB, 2 mil processos do acervo físico - 5 mil no total - serão digitalizados e migrados para o PJE. O corregedor-geral comunicou ao magistrado que a digitalização dos 3 mil processos físicos restantes serão contempladas por empresa especializada contratada pelo TJMA para a operacionalização do serviço. Já na 2ª Vara, a juíza Alessandra informou que 80% dos processos físicos já foram digitalizados pelos próprios servidores da vara, restando apenas os processos criminais que devem ser finalizados até julho.

Ainda no Fórum de Porto Franco, Velten atendeu à solicitação da diretoria da OAB Subseção de Estreito para uma reunião com advogados e advogadas que apresentaram demandas referentes às comarcas de Porto Franco e Estreito.

“Nesse momento, me cabe um papel diferente de diálogo. Na Corregedoria, somos responsáveis pela disci-

plina e funcionamento do fórum, mas, por também já ser o presidente eleito, já nos cabem outras questões como estrutura e quadro de servidores. Estejam certos que considero esse diálogo importantíssimo e, a partir da formalização das questões aqui apresentadas, averiguaremos e avançaremos com as tratativas necessárias”, pontuou.

AVANÇOS

Em Carolina, distante 817 km da capital, o corregedor-geral e equipe foram recepcionados pelo juiz titular Mazurkiévicz Saraiva e corpo integral de servidores da comarca. O juiz informou que a Vara Única de Carolina já possui o acervo processual 100% digitalizado. Em reunião com a equipe da Corregedoria e os servidores do fórum, o desembargador afirmou notar mudanças positivas na unidade, diagnóstico que também foi comunicado aos desembargadores e desembargadoras durante a sessão plenária administrativa dessa quarta-feira (6).

“Ficamos muito felizes em constatar que em Carolina há um cenário de mudança, de avanço, com um juiz que reside na comarca e com um trabalho de proximidade que só contribui com o aprimoramento dos serviços judiciais. A unidade cumpriu todas as metas, está 100% digital e ainda fui surpreendido na entrada do fórum por um advogado que fez questão de registrar o elogio sobre o bom atendimento do juiz e servidores à nossa equipe”, parabenizou o corregedor.

Ainda no fórum, Velten destacou aos servidores o que ele acredita ser o principal desafio para o Poder Judiciário e a importância do trabalho de cada servidor para o pleno funcionamento da Justiça. “O grande desafio da Justiça é assegurar ao cidadão que ele tem razões para continuar acreditando. O cidadão precisa ter essa fé na Justiça, acreditar que existe um órgão imparcial com competência e compromisso para resolver os problemas jurisdicionais que afetam a vida dele e vocês são parte fundamental disso”, finalizou.

CARTÓRIOS

O 1º e 2º Ofício de Porto Franco; 1º e 2º Ofício de Estreito; 1º e 2º Ofício de Carolina; Ofício Único de Riachão; e Ofício Único de Amarante também foram pontos de parada da equipe da CGJ-MA.

Aos cartórios, foram destacados itens de cumprimento importantes como a organização e cuidados com o acervo físico, estrutura predial, alimentação contínua dos sistemas utilizados pelo serviço cartorário - como o Auditus, Notariaum, Justiça Aberta e Coaf -, adequações na estrutura física que garantam a acessibilidade na serventia e, principalmente, a necessidade da modernização dos cartórios, especialmente, nos mais antigos.

“Hoje, o grande desafio para os cartórios é a modernização a partir de uma ampla digitalização. O serviço dos cartórios mais antigos precisa estar equiparado ao dos cartórios mais novos, já da era digital, porque isso traz os serviços cartorários para o século XXI e, consequentemente, resulta na melhor oferta do serviço e segurança dos atos”, orientou o corregedor informando que essa também é a diretriz apontada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Aos cartórios com competência para registro civil de nascimento e com unidade interligada instalada no município, o corregedor destacou a importância de reuniões e diálogos frequentes com os entes envolvidos para o funcionamento contínuo do serviço.

Em Carolina, João Odolfo Medeiros Rego, titular do 2º Ofício há mais de 40 anos, disse ter ficado satisfeito com a visita do corregedor ao cartório, pois a visita é uma oportunidade de aproximação com a CGJ-MA e de melhorias do serviço. “Estou nessa serventia há muitos anos e me sinto muito satisfeito em ver a Corregedoria visitando o nosso cartório. Por mim poderiam vir todos os dias porque é em uma oportunidade como essa que a Corregedoria nos orienta, informa e também conhece o nosso trabalho”, parabenizou a ação. **(Comunicação/TJ-MA)**